



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1026/08	DATA: 02/07/2008
INÍCIO: 14h35min	TÉRMINO: 15h	DURAÇÃO: 25min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 26min	PÁGINAS: 10	QUARTOS: 5

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Discussão sobre assuntos constantes da pauta de trabalho.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Srs. Deputados e Sras. Deputadas, havendo número regimental, declaro aberta a 6ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Encontra-se sobre as bancadas cópia da ata da 5ª reunião. Indago dos Srs. Parlamentares sobre a necessidade de leitura da referida ata.

Deputado Ruy Pauletti.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Solicito seja suspensa a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Suspensa a leitura da ata, coloca-a em discussão. (*Pausa*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata da 5ª reunião.

Srs. Deputados, nós havíamos oferecido 2 datas, em comum acordo com o Relator, Deputado Paulo Piau, tendo em vista que venceu o prazo regimental da 5ª sessão ordinária na quinta-feira que passou para que o Deputado Paulo Pereira apresentasse a sua defesa. Ele a apresentou e nós já o convidamos e oferecemos 2 datas para que ele pudesse fazer a sua defesa, que seria hoje, dia 2, ou então na próxima terça-feira, dia 8. O Deputado Paulo Pereira nos informou por escrito que optou pela data do dia 8, quarta-feira que vem.

Gostaria de comunicar a V.Exas. que estivemos em visita ao Procurador-Geral da República e também ao Supremo Tribunal Federal solicitando a documentação que está em segredo de Justiça, decretado pelo Ministro Ayres Britto. Pedimos por escrito e foi deferido. Teremos acesso. Quero comunicar também que esses documentos chegaram no dia de hoje, para ser mais exato, nesta tarde. Chegaram aqui na Casa às 14h6min. Aos documentos terão acesso somente os Parlamentares, o Representado e também seus advogados, mas lá na sala do Conselho, onde terão o acompanhamento de um assessor da Casa, do Conselho, para que possa, então, ser mantido este segredo que o Judiciário nos confiou. Então, cada Deputado, eu tenho absoluta certeza, vai honrar esse segredo com o Judiciário, porque é uma necessidade que se faz neste momento.



Convido o Relator, Deputado Paulo Piau, que quer se pronunciar sobre um plano de trabalho que ele pretende anunciar para os pares e também para os presentes e para a imprensa que na Casa se encontra.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Pois não, Deputado Camarinha.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Antes de V.Exa. passar a palavra ao Relator, gostaria de publicamente manifestar solidariedade a V.Exa., que nessas últimas semanas também tem sido vítima de história distorcida ou construída por adversários. E quem passa pelo Executivo e tem uma longa carreira de vida pública, principalmente no interior, é vítima disso aí. Então, V.Exa., de minha parte a minha solidariedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Muito obrigado. Deputado Camarinha, em uma reunião que tive lá com os meus pares eu já me desculpei. Eu estou envergonhado por um ato que não cometi, um ato que acho que veio só para desabonar este Conselho, veio para desabonar a própria Casa. Eu fui absolvido pela Justiça em todas as instâncias. Faz 24 anos que ocorreu este fato. É uma matéria requentada. Estamos ingressando...

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - V.Exa. foi absolvido?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Fui absolvido. Nada devo para a Justiça.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Posso colaborar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Teve um caso nessas últimas 72 horas no Rio de Janeiro, onde o segurança do filho de uma promotora deu um tiro à queima roupa, segundo a técnica da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Gostaria de perguntar a todos aqui se alguém viu a foto da promotora em algum jornal ou na televisão. Lá em São Paulo, um promotor descarregou 11 tiros num motoboy perto do Ibirapuera, perto de onde eu resido. Gostaria de saber se alguém viu a fotografia do promotor. Então, são 2 pesos e duas medidas contra quem tem o



mais legítimo dos poderes, que é o poder emanado do povo, que é o mandato popular.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Deputado Camarinha, ainda concluo, agradecendo V.Exa., dizendo que fui ainda, passei por mais 7 eleições nesse mesmo endereço, na mesma cidade, a minha mulher por duas, e não perdemos nunca uma eleição lá. Então, lamento o massacre que sofri pelos meus filhos, meus pequenos filhos, e pelos pares aqui desta Casa, porque realmente eu fiquei com muita vergonha.

Deputado Paulo Piau.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Conselheiros, já que o assunto é mídia, não quero discutir o conteúdo, mas quero simplesmente lamentar o conteúdo da matéria do *Correio Braziliense* do dia de hoje. Uma matéria absolutamente encomendada por alguém. Então, eu queria dizer que meu protesto é contra o conteúdo desta matéria aqui.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Relator, eu não li, mas fico solidário.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Obrigado, Deputado Camarinha. Bom, quero aqui inicialmente, mais uma vez, agradecer a confiança aos meus pares com relação a esta Relatoria.

O processo do Deputado Paulo Pereira entrou nesta Casa no dia 3 de junho, para a gente fazer uma retrospectiva aí. Ele tinha direito a 5 sessões ordinárias para apresentar sua defesa escrita. É bom que as pessoas saibam que, antes da defesa escrita, o Conselho não pode fazer nada, não tem nenhuma ação, a não ser buscar elementos, documentos e informações. Assim o fizemos.

Bom, as 5 sessões ordinárias venceram no dia 26, quinta-feira da semana passada. Portanto, no mesmo dia 26, o Deputado Paulo Pereira apresentou sua defesa escrita. Portanto, absolutamente dentro do Regimento do Conselho, do Regimento da Câmara Federal. A sua defesa oral... Como o Presidente já anunciou, demos 2 datas para ele, porque assim diz o Código de Processo Civil. Oferecemos o dia 2, que é exatamente hoje, e o dia 8 de julho. Ele optou pelo dia 8 de julho e, portanto, está absolutamente dentro do Regimento do Conselho desta Casa.



Bom, temos agora as oitivas. Há uma relação, temos colecionados aqui vários nomes de envolvidos no processo. Pessoas citadas na representação, temos 10. Temos também mais outras 10 pessoas envolvidas no processo. Portanto, temos aqui um elenco de 20 pessoas conjunta, quer dizer, uma e outra. Menos de 20 um pouquinho, mas quase isso. Portanto, são as pessoas com quem provavelmente vamos fazer a oitiva.

Então, no dia 8, semana que vem, terça-feira, ouviremos o Deputado Paulo Pereira aqui na sua defesa oral perante o Conselho. Primeiro passo. E eu queria aqui já fazer um primeiro pedido, pela complexidade dos fatos. O Deputado Paulo Pereira, de uma certa forma, já está condenado pela população através das posições da imprensa brasileiro. Eu digo isso porque em todos os lugares públicos que eu chego, em todos os locais públicos, a recomendação das pessoas é: *“Vocês vão recomendar a perda do mandato daquele ladrão, não é?”* É assim que as pessoas se referem. Por isso, estou dizendo que já há uma condenação pública do caso dele. O caso é extremamente grave. Temos a responsabilidade de verificar os documentos. Este Conselho, Sr. Presidente, queria deixar aqui bem claramente, principalmente para a imprensa — tenho reforçado isto sempre — não tem poderes de investigação, não tem poderes judiciários. Esse Conselho não tem o poder de convocar nenhuma testemunha, nós só podemos convidar. A testemunha virá se quiser contribuir com o processo ou não. Então, quero deixar isso aqui muito bem claro. E mais um detalhe: esta Casa está ganhando uma cultura, em função desse Conselho, de que os documentos, na verdade, deveriam vir do Corregedor desta Casa absolutamente prontos, para que o Conselho pudesse fazer a sua verificação e, evidentemente, o seu julgamento. Mas nós estamos adquirindo a cultura de ouvir a defesa, de ouvir as testemunhas. Quer dizer, nós estamos montando um processo aqui, na verdade, que não é, Prof. Pauletti, segundo consta no Regimento desta Casa, atribuição até desse Conselho. Mas nós estamos fazendo por quê? Para instruir mais, para dar uma boa decisão, porque nós vamos colocar o nosso voto, evidentemente, num relatório, e isso mexe realmente com interesses de Deputados etc. Então, temos de ter muita responsabilidade nisso.

Então, eu queria pedir aos meus pares que realmente pudessem se debruçar, como eu estou fazendo, sobre as representações, as 2, sobre os documentos de



caráter sigiloso que estão também no Conselho de Ética. E documentos de caráter sigiloso vieram da Corregedoria também, que é exatamente a prestação de contas e as fitas gravadas pela Polícia Legislativa. Todos os membros do Conselho poderão ter acesso a esses documentos. Peço a todos que verifiquem essa documentação toda. E também já pedimos uma verificação da Casa, da parte técnica da Casa, com relação às fitas, para ver a movimentação das pessoas envolvidas, e também uma perícia na prestação de contas do Deputado Paulo Pereira, porque esse documento está em nossas mãos. Já pedimos também. E, portanto, eu queria fazer esse apelo para que as coisas realmente fossem levadas com a máxima atenção possível.

Bom, o Presidente já falou, mas eu gostaria de complementar a questão da nossa atividade enquanto Conselho, enquanto Presidente, enquanto Relator nesse período. Nós não ficamos parados. Estivemos com o Dr. Antônio Fernando, que é o Procurador-Geral da República, que se colocou absolutamente à nossa disposição para ajudar nesse processo, nessa verificação. Estivemos com o Dr. Carlos Brito, o Ministro Carlos Brito, do Supremo Tribunal Federal, que da mesma forma se colocou à disposição para colaborar com o Conselho nessa direção. Tanto é que essa disponibilidade dos documentos sob sigilo de justiça, que assim está lá, foi disponibilizado para o Conselho de Ética, talvez numa situação até inédita. Então, aqui está o despacho do Tribunal. O Tribunal, resolvendo questão de ordem suscitada pelo Relator, deferiu, por maioria, o requerimento de remessa de cópia dos autos do inquérito do Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, com a cláusula de sigilo, vencidos os Srs. Ministros Marco Aurélio, Joaquim Barbosa, que indeferiram o pedido. Então, vejam que não é unanimidade, mas mesmo assim ganhamos e esses documentos virão para nos auxiliar.

Portanto, estivemos também na Polícia Federal com o seu Coordenador, seu Diretor, que também da mesma forma se colocou à disposição. E mais uma coisa, Presidente, que eu queria dizer: nós temos recebido ofertas de pessoas para virem aqui fazer depoimento. E nós tomamos também uma decisão, enquanto Relator, negociada evidentemente com o Presidente do Conselho: nós não vamos aceitar depoimentos, a não ser que quem se ofereça para colaborar com o processo, que é importante, mande primeiro o seu depoimento por escrito. Quer dizer, a partir do



momento que aqui é público, aqui fica tudo registrado. Então, se a pessoa mandar essa colaboração por escrito, nós poderemos, analisando o documento escrito, até ouvi-la no Conselho, evidentemente, numa decisão que tomaremos. Mas não vamos aqui aceitar nenhum depoimento sem realmente esse material escrito, porque podemos estar cometendo algum erro grave nesse processo.

Eu acredito, Presidente, que, com relação a esse cronograma, nós vamos, dia 8, ouvir o Deputado Paulo Pereira. E, numa decisão que tomamos em conjunto com a nossa assessoria jurídica — e estão aqui os nossos 2 representantes aqui da Câmara Federal —, nós entendemos também que o relatório da Polícia Federal é absolutamente importante. Ouvir o Deputado Paulo Pereira podemos ouvir dia 8, sem problema, até com a ausência do documento, que evidentemente é a defesa dele. Prepararemos algumas perguntas, evidentemente. Espero que os Conselheiros também preparem perguntas, para que ele possa responder. Mas esse documento da Polícia Federal, que é a base do inquérito, que é a base, inclusive, de toda essa ação na mídia brasileira, nós achamos que para ouvir as testemunhas é fundamental que tenhamos esse documento, até para instruir o processo. Então, a partir do dia 8, nós aguardaremos. Esperávamos ontem, esperamos anteontem, ontem, esperamos hoje, o Supremo entrou de recesso, mas a Secretaria continua a funcionar. Nós estamos empenhando as pessoas do Supremo, para que realmente nos mandem esse material o mais rápido possível. Até se mandarem no recesso é bom, porque esse material continuará em análise. São 9 volumes. Quer dizer, já há uma quantidade de papel bastante significativa para ser analisada. Mas ela, evidentemente, é a base da nossa pergunta para as pessoas que vão ser ouvidas aqui. Então, nós poderemos ter oitivas, poderemos ter oitivas ainda antes do recesso parlamentar, que está marcado para o dia 18, como poderemos não ter oitivas, se a gente não tiver ainda acesso a esse documento do Supremo Tribunal Federal.

Agora, nas oitivas... Como nós estamos misturando com o processo eleitoral — quer dizer, um processo confuso, todo mundo na base, a gente queria aqui também, Presidente — eu gostaria que V.Exa. reforçasse que nas semanas após o recesso, principalmente, nós marcássemos mais ou menos um dia comum para que a gente possa vir aqui terça, quarta, mas que a gente marcasse um dia, que o



Presidente convocasse reunião do Conselho e a gente pudesse vir aqui para ouvir as testemunhas, porque a nossa intenção continua sendo apresentar o nosso relatório até o dia 15 de setembro, que é quando vence o nosso prazo. Evidentemente fazendo a ressalva de que não vamos também ser açodados. Se não tivermos todos os elementos, não há por quê. Nós temos... Nesse período podemos pedir prorrogação do prazo. Mas, em princípio, queria dizer que nós queremos entregar o relatório no prazo dos 90 dias, prazo regimental. E, portanto, caminhando mais uma vez para essa dificuldade aí que nós temos com relação ao período eleitoral. Mas vamos fazer todo o esforço e por isso que a gente conta com a colaboração de cada um dos membros deste Conselho de Ética.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Bem, eu aproveito a oportunidade, Deputado Relator, para dizer que eu também recebi vários *e-mails* de pessoas se oferecendo para depor, uns a favor, outros contra, no caso do Deputado Paulinho. Eu tomei uma decisão de não incluir nem os contra e nem os a favor. Eu simplesmente estou desconhecendo, porque senão isso irá virar... Nós vamos passar 5 anos aqui e não vamos conseguir ouvir a todos. Então, nós não podemos, na minha opinião, colocar para pessoas estranhas a esse processo, a essas denúncias.

Bem, a palavra continua em aberto. (*Pausa.*)

Deputado Efraim tem a palavra.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, só seguindo a orientação, que, salvo engano, foi a do Deputado Paulo Piau: quem puder oferecer documentos, desses documentos serão aceitos porque eles constituem prova. Realmente, simples denúncias esporádicas, isso aí não é bom para a Comissão ser levado em consideração. O que for documento, ou seja, constituir prova a favor ou contra, porque o documento pode ser para comprovar uma denúncia ou não, deve ser aceito pela Comissão. Isso aí eu acredito que deve ficar em aberto. E em relação ao trabalho do Deputado Paulo Piau, ao cronograma estabelecido por ele, esperamos, tal qual V.Exa. disse, finalizar esse trabalho até o dia 15 de setembro, prazo regimental.



Queria saber se já foi consultado, como nós não temos poder de intimação de testemunhas, se o Relator do processo na Polícia Federal já foi consultado sobre seu interesse em vir depor aqui ou não. O Relator do processo...

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Quem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - O Diretor da Polícia Federal?

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - O delegado que está conduzindo o processo. V.Exa. falou que ele seria uma peça importante, um pessoa cujo depoimento seria essencial para o esclarecimento de alguns fatos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Sim.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Como nós não temos o poder de convocação, quero saber se já foi consultado sobre o interesse dele de vir ou não depor aqui, quando convocado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Nós vamos consultar o delegado.

Continua em discussão. (*Pausa.*) Não havendo ninguém que queira discutir, passamos para o item 2 da pauta.

Como é de conhecimento de todos os senhores, em dezembro de 2007, foi assinado o Protocolo de Intenções para a Mobilização pela Ética.

São várias instituições que assinaram esse protocolo. E gostaria que o Deputado Paulo Piau, que é o autor, pudesse se manifestar sobre esse protocolo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Sr. Presidente, antes de entrar nesse protocolo, quero apenas deixar aqui uma palavra-chave: transparência.

Quero chegar ao final desse relatório, juntamente com os membros do Conselho, com quem temos, evidentemente, o dever maior aqui, de forma a que população brasileira, tenha a certeza de que todas as cartas foram colocadas na mesa. Qualquer caminho que venhamos a seguir que seja realmente o da verdade e com os fatos absolutamente às claras. Quero deixar aqui esse compromisso público. Evidentemente também com a imprensa brasileira, que tem um papel fundamental e importante para ajudar em todo esse processo.

Com relação a esse trabalho sobre a ética já é um trabalho antigo. Vocês receberam convite para uma oficina de trabalho, agora recentemente. É um trabalho



com o qual o Deputado Ricardo Izar sonhou muito, juntamente comigo, que é exatamente discutir a ética na sociedade brasileira. Tenho convicção de que ética é um movimento mundial que está vindo, como vieram os direitos humanos, o meio ambiente. Estamos exatamente preparando. Temos uma relação hoje com 9 entidades da sociedade civil.

Na semana passada tivemos uma oficina de trabalho envolvendo o CONIC, que envolve as igrejas evangélicas, e a CNBB, que envolve a Igreja Católica. No próximo mês teremos uma oficina de trabalho envolvendo Lions, o Rotary e a Maçonaria. Depois serão envolvidas a Associação dos Magistrados Brasileiros, a Associação do Ministério Público, a UNALE, que congrega os Legislativos, e a OAB. Portanto, Sr. Presidente, mais para dizermos que está empolgante esse trabalho, que é coordenado pelo CEFOR, que é uma escola aqui do Legislativo. Com isso, esperamos que possamos não ensinar ética para ninguém, porque ninguém ensina ética para ninguém. Ética se aprende conjuntamente nessa discussão.

Quero dizer que para o mês de novembro está marcado um grande seminário, englobando a sociedade como um todo, todas as instituições sobre ética na sociedade brasileira. Será um trabalho que temos uma expectativa muito grande de mudar um pouco o comportamento brasileiro, que na verdade carecemos muito de ética. Muita gente associa ética apenas à corrupção, e corrupção é um detalhe da falta de ética e até mais do que isso, é crime.

Quero dizer que no nosso conceito ética é muito mais o meu comportamento individual perante a minha família, ao coletivo. Então, é sobre esse tema que queremos desenvolver esse trabalho.

Acredito que a partir do seminário, em novembro, todas essas instituições — como já estão fazendo a maçonaria, o Rotary — farão um trabalho realmente consistente nesse sentido.

Esperamos também a participação de cada membro do Conselho nesse trabalho, que é importante, e vai atingir a base de todo mundo e que todo mundo possa estar engajado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - A palavra está aberta.
(Pausa.)

Não havendo ninguém inscrito, penso que a pauta está concluída.



Como a pauta ficou prejudicada, pois o Deputado Paulinho marcou para o dia 8, próxima terça-feira, convoco todos para que se façam presente.

Agradeço a presença dos Srs. Parlamentares e dos demais representantes, e convoco reunião ordinária para o próximo dia 08 de julho, terça-feira, às 14h, destinada à oitiva do Deputado Paulo Pereira da Silva.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.